Créditos de carbono em projetos de florestas tropicais precisam de uma reforma massiva

Um artigo intitulado "Desmistificando as narrativas romantizadas sobre créditos de carbono da conservação voluntária de florestas", recém-publicado na revista *Global Change Biology*, explica uma série de problemas com créditos de carbono em projetos REDD+ para o Mercado Voluntário de Carbono (disponível em: https://doi.org/10.1111/gcb.70527; Tradução disponível em: https://bit.ly/3IX88B0). REDD+ significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, com o "+" se referindo a ações complementares para sequestrar carbono em florestas. O primeiro autor, Thales West, é um engenheiro florestal brasileiro (com doutorado em Economia de Alimentos e Recursos pela Universidade da Flórida) com ampla experiência em projetos de carbono em florestas tropicais ao redor do mundo, e atualmente ele é professor assistente no Departamento de Geografia Ambiental da Universidade Livre de Amsterdã, na Holanda. Ele reuniu 16 coautores com vasta experiência combinada relacionada a projetos de carbono. O artigo se concentra principalmente no desmatamento evitado, mas aborda brevemente outros tipos de projetos REDD+, como manejo florestal e plantio de árvores.

Os problemas explicados incluem linhas de base tendenciosas – os cenários contrafactuais que representam o que teria ocorrido se um projeto de carbono não tivesse sido implementado. Esses cenários são usados para quantificar os benefícios climáticos do projeto, mas frequentemente são projeções que exageram os benefícios de carbono. O resultado é um crédito de carbono que não é "adicional", ou seja, que recompensa supostas mudanças nos fluxos de carbono que teriam ocorrido de qualquer maneira, ou que não existiram de verdade.

Outras áreas em que os projetos tendem a exagerar os benefícios ou minimizar ou ignorar os impactos climáticos incluem o "vazamento" (a anulação dos benefícios climáticos devido aos efeitos indiretos de um projeto de carbono fora da área do projeto) e a permanência (o tempo em que o carbono sequestrado ou armazenado por um projeto permanece fora da atmosfera). A dupla contabilização de benefícios — por exemplo, um país considerando tanto os benefícios de um projeto de carbono dentro de suas fronteiras quanto aqueles reivindicados em uma base "jurisdicional" com base nas mudanças no balanço de carbono em nível subnacional ou nacional — também representa uma maneira pela qual a contabilização inadequada pode anular os benefícios climáticos de projetos REDD+. Os benefícios sociais de projetos REDD+ também são frequentemente exagerados. Esses vários problemas decorrem de conflitos de interesse inerentes aos vários atores, incluindo beneficiários, desenvolvedores de projetos e entidades de auditoria.

Os problemas e a necessidade de reforma no mercado voluntário de carbono são apenas parte do desafio. Os mesmos problemas devem ser abordados na formulação de políticas para qualquer futuro mercado oficial no âmbito da Convenção do Clima. Embora o REDD+ tenha sido aprovado em princípio para implementação futura no âmbito do

Acordo de Paris, as regras cruciais que o regeriam ainda não foram acordadas. Ações de mitigação que evitem emissões de florestas tropicais têm enormes benefícios potenciais para o clima, desde que os benefícios calculados sejam reais. Reformas massivas são necessárias para garantir que isso aconteça.